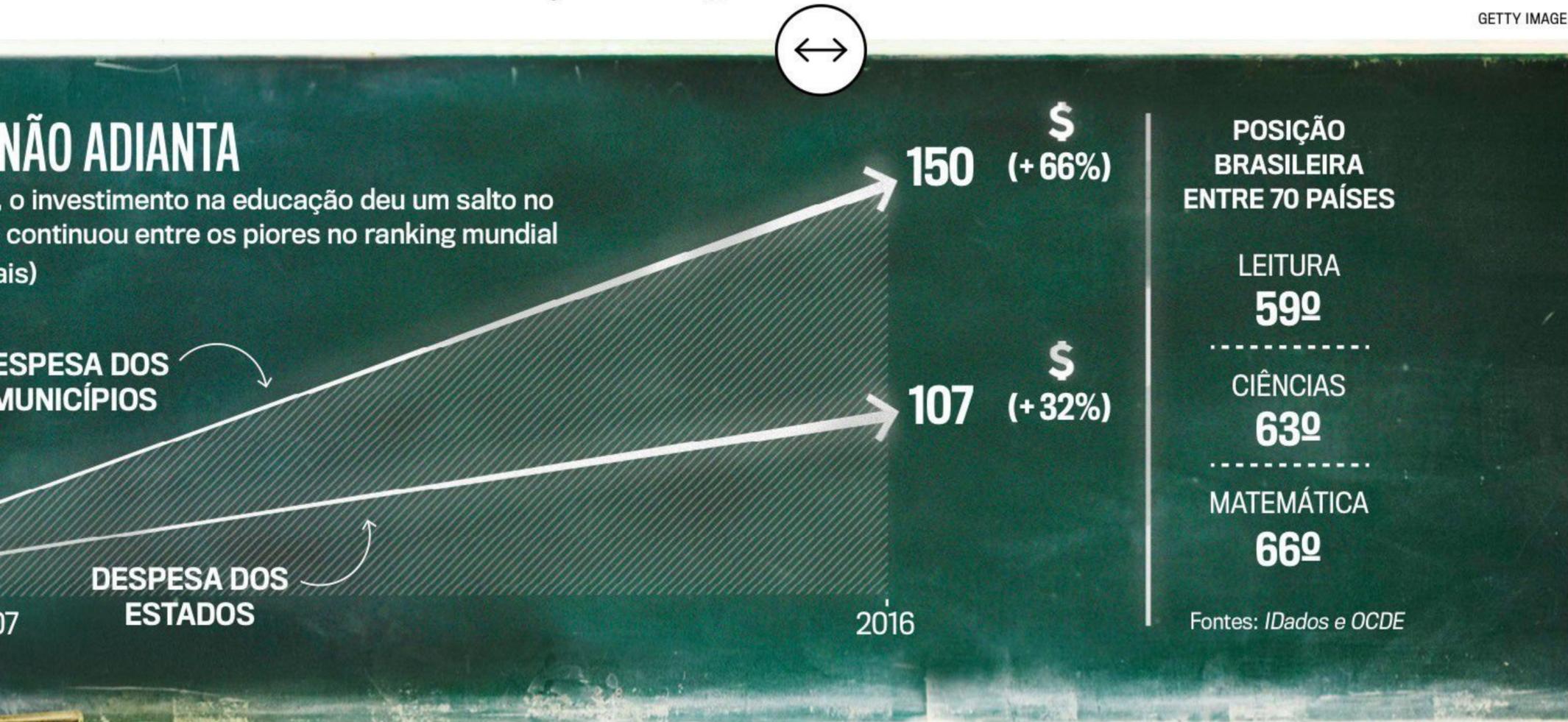


A EQUAÇÃO NÃO FECHA

Levantamento inédito mostra que a lógica de quanto mais dinheiro, melhor não tem funcionado para o ensino brasileiro na última década. Faltou eleger prioridades e destinar as verbas para o lugar certo **LUISA BUSTAMANTE**

GETTY IMAGES



SEMPRE que um mau resultado da educação brasileira vem à superfície, reavivam-se batidos argumentos. O principal deles: como o dinheiro é pouco, a excelência nunca chega. Eis uma daquelas verdades fincadas em pedra, assunto difícil de remexer dada a inquebrantável certeza absoluta. Os números estão aí, porém, para ajudar a derrubar a ideia cristalizada de quanto mais recursos, melhor. Um levantamento inédito, que contabilizou uma década de gastos na rede pública do país, chegou a uma conclusão surpreendente: mesmo com a crise econômica e as flutuações que ela impôs, o investimento dos estados subiu, em média, 32% entre 2007 e 2016; nos municípios disparou 66%. A qualidade não seguiu nem de longe o mesmo compasso. O Brasil continuou firme e fraco entre os países com pior ensino (*veja o quadro* )

O levantamento, feito pelo IDados, instituto que monitora a educação no país, desceu ao detalhe para mapear onde as verbas cresceram de forma mais generosa nesta última década: o ranking estadual é encabeçado por Pará (mais 151%), PiauÍ (105%), Goiás (80%), Mato Grosso (80%) e Ama-

zonas (59%). Os recursos até avançaram infraestrutura e salários nas escolas de ensino médio (para onde vai o dinheiro do estado), mas não ajudaram a salvar os alunos da maré de notas vermelhas — dez anos atrás eles estavam entre os níveis 1 e 2 (numa escala de zero a 10) em língua portuguesa e matemática, e ali estacionaram. “O sistema brasileiro já se provou ineficiente. Não faz sentido investir cada vez mais em um modelo que não dá certo”, pondera o matemático Paulo Oliveira, diretor do IDados, no Rio de Janeiro.

Uma das formas de medir o investimento de um país em educação é o tanto que ele injeta na área em proporção ao PIB, e o Brasil vai bem aí: destina 6,1% (acima da média de 5,6% da OCDE, a organização das nações mais ricas). O problema é que, sendo um país tão populoso, o gasto por aluno se situa entre os mais baixos do mundo, embora esteja em ascensão. O que não dá é para crescer a esmo, imaginando que esse será um passaporte automático para o topo — os Estados Unidos, por exemplo, são um dos cinco campeões em gastos e aparecem espremidos entre os medianos do ranking.

“O Brasil usou recursos nesta última década para aumentar o salário de professores e fazer de tudo um pouco, sem eleger prioridades. Assim, não mudou de patamar”, diz Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, na Fundação Getulio Vargas.

Os caminhos para a excelência são conhecidos e nem sempre consomem um caminhão de dinheiro. Uma alavanca para a dianteira é o recrutamento de bons alunos para a docência, algo que demanda mais do que salário inicial atrativo. “A carreira precisa ser estimulante e meritocrática para atrair os melhores, como



funciona em outros países”, observa o especialista Carlos Monteiro. As faculdades de pedagogia também precisam ser menos teóricas e mais afinadas com as modernas práticas. Ter um currículo que sirva de bússola para uma boa aula é outro passo para virar a página — este o Brasil está dando. O cientista social José Eustáquio Diniz lembra que os ventos da demografia sopram a favor: “Há mais pessoas produzindo e menos crianças e idosos na população, uma oportunidade única para investir em capital humano. Essa fase dura só até 2030.” Que a próxima década seja melhor do que o tempo que vivemos. ■